

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014

Continua !!! a política de “terra queimada”

A Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) ao analisar a proposta de OE para o próximo ano, constata, com a maior preocupação, que o Governo mantém o ataque às micro, pequenas e médias empresas, destruindo o tecido produtivo, o circuito interno do mercado nacional e a sustentabilidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

O OE 2014 não prevê estímulos à actividade económica, não contraria a tendência de litoralização do País, nos planos económico e demográfico, nem garante uma política de coesão territorial.

As medidas agora propostas continuarão a provocar:

- A redução do poder de compra dos portugueses;
- A diminuição do consumo com implicações negativas nas diversas actividades do mercado interno;
- O encerramento de muitas mais empresas;
- O aumento descontrolado do desemprego;
- A perda de receita fiscal num contexto de redução da matéria colectável;
- O alastrar das bolsas de pobreza e dos consequentes custos sociais;
- O agravamento do défice e da dívida externa.

Esta proposta de Orçamento de Estado, em contra partida, revela um enternecedor proteccionismo para com a banca e os banqueiros, quando propõe autorização para garantir emissões de dívida, emitidas pelas instituições de crédito, no montante de 24.670 milhões de euros, mais 2,28% (550 milhões) do que o disponibilizado em 2013. Teremos assim a banca, "na paz dos anjos" a continuar a financiar-se no BCE a 0,5% e a emprestar, desse mesmo dinheiro, às MPME, a juros e spreads inaceitáveis porque especulativos.

Paulatinamente, o Governo está a destruir a Economia e o Estado. Uma significativa parcela, do corte dos salários e do aumento de impostos, destina-se às PPP e aos credores duma dívida que é galopante. Vale a pena registar que a receita que o Governo pretende arrecadar,

à custa das pensões de 302.000 aposentados da CGA cujo rendimento líquido médio, entre 2011 e 2014, se verá reduzido em 25,9%, não é, sequer, suficiente para pagar o acréscimo de despesa com as PPP.

O Governo insiste numa política anti patriótica porque, comprovadamente, lesiva do País e do seu Povo. Enquanto a austeridade imposta, inferniza a vida dos portugueses, a economia continua a afundar-se, o défice não baixa e a dívida aumenta (*entre Dez.2010 e Jul.2013, sob a batuta da “troika”, a dívida aumentou de 185.844 milhões de euros para 252.852 milhões de euros, ou seja, em 43,9%*).

Com este pacote de austeridade, se aprovado, o nosso país, em 2014, manter-se-à (é inevitável) em recessão porque, nomeadamente:

- Mantém o PEC – Pagamento Especial por Conta (*imposto cego e injusto*) e, em vez de o extinguir como seria lúcido e justo, propõe que passe de 1.000 para 1.750 euros (*um aumento de 75%*) em chocante contraste com as isenções de impostos concedidas ao sector financeiro;
- A continuidade do IVA a 23% e a manutenção dos escalões do IRS, com o aumento verificado de 30%, a constituírem factores determinantes para que o mercado interno nacional continue a ser destruído;
- A inexistência de medidas fiscais e de objectivos estratégicos para o relançamento da actividade da construção civil e obras públicas, precipitando o encerramento de muitas das empresas que têm tentado sobreviver ao “tsunami” que arrasou o sector;
- O expectável agravamento dos custos dos factores de produção, como as energias, os transportes, as portagens, a água, etc., perspectivando reforçado entrave à viabilidade das actividades produtivas.
- A ausência de um programa de benefícios fiscais para o interior, que não permitindo estancar o despovoamento desses territórios, ajudará ao encerramento de milhares de empresas do comércio, da restauração e dos serviços no interior do país, dura realidade já sentida.
- Também a manutenção da Lei dos Despejos Comerciais será, como temos demonstrado, fortemente penalizadora das actividades económicas;

A CPPME, não deixando de fazer a crítica necessária às medidas que lesam os interesses dos MPME, tem apresentado ao Governo propostas alternativas tanto de ordem estrutural, como de aplicação imediata.

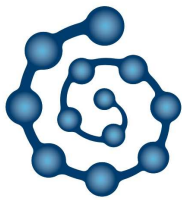
A CPPME considera que o País tem potencialidades e recursos que permitem inverter a espiral recessiva que nos tem atormentado.

Ao nível das reformas estruturais necessárias, a CPPME, uma vez mais, reclama:

- Uma Reforma Fiscal profunda e estável (*IVA, IRS, PEC, IRC, IMT, IMI, etc.*);
- O incremento do investimento público e privado;
- O Aumento do poder de compra dos portugueses;
- Linhas de crédito a juros adequados.
- Que o futuro Quadro dos Fundos Comunitários tenha em devida conta o universo empresarial português de mais de 98% de Micro e Pequenas Empresas.

Por outro lado, a CPPME exige do Governo e da Assembleia da República medidas imediatas, a constar já no Orçamento de Estado para 2014, designadamente:

1. A extinção do PEC – Pagamento Especial por Conta e, a criação de um Regime Simplificado de Tributação, cujas taxas diferenciadas, se obtenham através dos coeficientes técnico/científicos a apurar e a publicar para cada ramo de actividade.
2. Alargamento do pagamento do IVA após boa cobrança às empresas até 10 milhões de euros, de facturação, incluindo assim todo o universo das micro e pequenas empresas.
3. A criação de uma moratória no pagamento das dívidas ao Estado, por parte das empresas, acompanhada por adequada linha de crédito.
4. A reposição da taxa de 12,5% do IRC para os primeiros 12.500,00 euros de matéria colectável e a redução do IVA da Restauração de 23% para 13%.
5. O estabelecimento de um programa que permita reservar o mínimo de 20% dos contractos públicos para as MPME.
6. A revisão da Lei do Arrendamento Urbano (Lei nº 32/2012, de 14 de Agosto e legislação complementar), designadamente na vertente «Arrendamento não Habitacional».



CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,
Pequenas e Médias Empresas

7. A redução dos custos fixos das empresas, nomeadamente pelo abaixamento das tarifas da energia, através da reposição da taxa do IVA em 6%.
8. A entrada em vigor, já em Janeiro de 2014, do Apoio Social aos Empresários, com carreira contributiva mínima (constante no Decreto-Lei nº 12/2013, de 25 de Janeiro).
9. A criação de linhas de crédito a juros, prazos e condições adequadas à situação das MPME, onde a Caixa Geral de Depósitos tenha um papel de referência e diferenciador face à banca privada, e, o Banco de Portugal e a Autoridade de Concorrência, uma intervenção reguladora, supervisionando e fiscalizando, as condições de crédito concedidas.
10. Um programa nacional, no âmbito do futuro Quadro de Fundos Comunitários 2014/2020, exclusivo para as Micro, Pequenas e Médias Empresas, dotado, no mínimo, com 50% do volume de fundos destinados a investimento empresarial.

Por tudo isto, a não ser profundamente alterada, a proposta de OE do Governo não deve ser aprovada.

A CPPME vai estar representada, com uma Delegação, na Concentração do dia 1 de Novembro frente à Assembleia da República A RECLAMAR O CHUMBO DA PROPOSTA DE OE 2014 e, apela a todos os Micro, Pequenos e Médios Empresários que por todo o País, de uma forma ou de outra, manifestem o seu desconforto e desacordo com esta proposta.

Seixal, 30 de Outubro de 2013

O Executivo da Direcção da CPPME